

Dados Justiça em Números 2015





Sumário

Objetivo:
Validar as informações
referente ao Programa
Justiça em Números
2015

- 1. Recursos Financeiros**
 - a) Principais despesas
 - b) Outras despesas
 - c) Orçamento
- 2. Recursos Humanos**
 - a) Magistrados
 - b) Quadro de Pessoal
 - c) Cargos em comissão
 - d) Funções de confiança
- 3. Recursos Físicos**
 - a) Área
 - b) Eleitores
- 4. Litigiosidade**
 - a) 1º Grau
 - b) 2º Grau
- 5. Tempo do Processo**
 - a) 1º Grau
 - b) 2º Grau



Recursos Financeiros

Principais despesas



Recursos Financeiros – Principais despesas – Pessoal e encargos

PRINCIPAIS DESPESAS	2015
DPE – Despesa com Pessoal e Encargos	R\$ 98.988.538,50
DPEA2º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 2º grau	R\$ 13.188.906,28
DPEA1º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 1º grau	R\$ 24.295.319,20
DPEAAdm – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo na área administrativa	R\$ 46.254.870,18
DPEI – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Inativo	R\$ 15.249.442,84
Descrição	

DPE – Despesa com Pessoal e Encargos: Despesas liquidadas no ano-base com remuneração independente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais, adicionais, abonos, parcelas incorporadas, férias, proventos e pensões), encargos incidentes sobre a folha de pagamento, indenizações judiciais e restituições trabalhistas de magistrados e servidores ativos (efetivos, cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargos em comissão), inativos e instituidores de pensão; excluídas as despesas relacionadas no glossário das variáveis: a) DTer – Despesas com Terceirizados e b) DEst – Despesas com Estagiários. DPE = DPEA2º + DPEA1º + DPEAAdm + DPEI

DPEA2º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 2º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DPE, relativa aos magistrados com jurisdição no 2º grau e aos servidores lotados na área judiciária de 2º grau.

DPEA1º – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo no 1º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DPE, relativa aos magistrados com jurisdição no 1º grau e aos servidores lotados na área judiciária do 1º grau.

DPEAAdm – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo na área administrativa: As despesas relacionadas no glossário da variável DPE, relativa aos magistrados sem jurisdição e aos servidores lotados na área administrativa do Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas. Incluem-se também as despesas relacionadas aos servidores do quadro ativo sem lotação (ex.: que saíram por cessão ou requisição).

DPEI – Despesas com Pessoal e Encargos do Quadro Inativo: As despesas relacionadas no glossário da variável DPE, relativa aos magistrados e servidores inativos e aos instituidores de pensão do Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas.



Recursos Financeiros – Principais despesas – Despesas com benefícios

PRINCIPAIS DESPESAS	2015
DBen – Despesas com Benefícios	R\$ 8.242.421,57
DBenA2º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 2º grau	R\$ 1.069.195,27
DBenA1º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 1º grau	R\$ 2.285.496,61
DBenAAdm – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo na área administrativa	R\$ 3.749.822,95
DBenI – Despesas com Benefícios do Quadro Inativo	R\$ 1.137.906,74

Descrição

DBen – Despesas com Benefícios: Despesas liquidadas no ano-base com benefícios (auxílio-creche ou auxílio pré-escolar, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, auxílio-invalidez, entre outros), para magistrados, servidores ativos (efetivos, cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), servidores inativos e instituidores de pensão. DBen = DBenA2º + DBenA1º + DBenAAdm + DBenI.

DBenA2º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 2º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DBen, relativa aos magistrados com jurisdição no 2º grau e aos servidores lotados na área judiciária de 2º grau.

DBenA1º – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo no 1º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DBen, relativa aos magistrados com jurisdição no 1º grau e aos servidores lotados na área judiciária de 1º grau.

DBenAAdm – Despesas com Benefícios do Quadro Ativo na área administrativa: As despesas relacionadas no glossário da variável DBen, relativa aos magistrados sem jurisdição e aos servidores lotados da área administrativa do Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas. Incluem-se também as despesas relacionadas aos servidores do quadro ativo sem lotação (ex.: que saíram por cessão ou requisição).

DBenI – Despesas com Benefícios do Quadro Inativo: As despesas relacionadas no glossário da variável DBen, relativa aos magistrados e servidores inativos e aos instituidores de pensão.



Recursos Financeiros – Principais despesas – Outros

PRINCIPAIS DESPESAS	2015
DTer – Despesas com Terceirizados	R\$ 6.808.706,39
DEst – Despesas com Estagiários	R\$ 352.127,29
DMag – Despesa com Recursos Humanos de Magistrados	R\$ 5.224.772,93
DServ – Despesa com Recursos Humanos de Servidores	R\$ 103.974.254,87

Descrição

DTer – Despesas com Terceirizados: Despesas liquidadas no ano-base com a contratação de mão de obra terceirizada (ex.: recepcionistas, secretárias, motoristas, garçons, seguranças, brigadistas e vigilantes) incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal; excluídos os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.) Consideram-se os mesmos trabalhadores da variável TFauxT – Total da Força de Trabalho Auxiliar – Terceirizados.

DEst – Despesas com Estagiários: Despesas liquidadas no ano-base com estagiários (bolsa, auxílios e seguros).

DMag – Despesa com Recursos Humanos de Magistrados: Despesas liquidadas no ano-base com Pessoal e Encargos (DPE), Despesas com Benefícios (DBen) e outras despesas indenizatórias e indiretas com recursos humanos (DIP); relativas a magistrados ativos, inativos e instituidores de pensão (de magistrados).

DServ – Despesa com Recursos Humanos de Servidores: Despesas liquidadas no ano-base com Pessoal e Encargos (DPE), Despesas com Benefícios (DBen) e outras despesas indenizatórias e indiretas com recursos humanos (DIP); relativas a servidores ativos (efetivos, cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargos em comissão), inativos e instituidores de pensão (de servidores).



Recursos Financeiros – Principais despesas – Indenizações

PRINCIPAIS DESPESAS	2015
DIP – Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos	R\$ 1.968.067,73
DIP2º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 2º grau	R\$ 598.950,50
DIP1º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 1º grau	R\$ 388.982,63
DIPAdm – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos na área administrativa	R\$ 980.134,60

Descrição

DIP – Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos: Despesas liquidadas no ano-base com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas com recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), atinentes a magistrados e servidores ativos (efetivos, cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), excluídas as despesas relacionadas no glossário da variáveis: a) DPE – Despesa com Pessoal e Encargos e b) DBen – Despesas com Benefícios. $DIP = DIP2º + DIP1º + DIPAdm$

DIP2º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 2º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DIP, relativa aos magistrados com jurisdição no 2º grau e aos servidores lotados na área judiciária do 2º grau.

DIP1º – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos no 1º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DIP, relativa aos magistrados com jurisdição no 1º grau e aos servidores lotados na área judiciária do 1º grau.

DIPAdm – Outras Despesas Indenizatórias Indiretas com Recursos Humanos na área administrativa: As despesas relacionadas no glossário da variável DIP, relativa aos magistrados sem jurisdição e aos servidores lotados da área administrativa do Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas. Incluem-se também as despesas relacionadas aos servidores do quadro ativo sem lotação (ex.: que saíram por cessão ou requisição).



Recursos Financeiros – Principais despesas – Despesas com cargos em comissão

PRINCIPAIS DESPESAS	2015		
	Normal	Substituição	Total
DCC – Despesas com Cargos em Comissão			
DCC2º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 2º grau	R\$ 613.453,08	R\$ 68.327,21	R\$ 681.780,29
DCC1º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 1º grau	R\$ 0,00	R\$ 1.183,87	R\$ 1.183,87
DCCAdm – Despesas com Cargos em Comissão na área administrativa	R\$ 1.504.077,60	R\$ 250.280,73	R\$ 1.754.358,33
Servidores sem lotação e inativos	R\$ 1.491.784,44	R\$ 986,56	R\$ 1.492.771,00
Total	R\$ 3.609.315,12	R\$ 320.778,37	R\$ 3.930.093,49
Descrição			

DCC – Despesas com Cargos em Comissão: Despesas liquidadas no ano-base com o pagamento pelo exercício de cargos em comissão. DCC = DCC2º + DCC1º + DCCAdm.

DCC2º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 2º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DCC, relativas aos servidores lotados na área judiciária de 2º grau.

DCC1º – Despesas com Cargos em Comissão na área judiciária do 1º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DCC, relativas aos servidores lotados na área judiciária de 1º grau.

DCCAdm – Despesas com Cargos em Comissão na área administrativa: As despesas relacionadas no glossário da variável DCC, relativas aos servidores lotados na área administrativa do tribunal e de suas respectivas unidades vinculadas.



Recursos Financeiros – Principais despesas – Despesas com funções de confiança

PRINCIPAIS DESPESAS	2015		
	Normal	Substituição	Total
DFC – Despesas com Função de Confiança			
DFC2º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 2º grau	R\$ 667.489,02	R\$ 74.732,07	R\$ 742.221,09
DFC1º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 1º grau	R\$ 1.144.181,43	R\$ 59.499,38	R\$ 1.203.680,81
DFCAdm – Despesas com Funções de Confiança na área administrativa	R\$ 2.332.404,18	R\$ 265.086,45	R\$ 2.597.490,63
Servidores sem lotação e inativos	R\$ 530.830,13	R\$ 3.047,38	R\$ 533.877,51
Total	R\$ 4.674.904,76	R\$ 402.365,28	R\$ 5.077.270,04
Descrição			

DFC – Despesas com Função de Confiança: Despesas liquidadas no ano-base com pagamento pelo exercício de funções de confiança. DFC = DFC2º + DFC1º + DFCAdm.

DFC2º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 2º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DFC, relativas aos servidores lotados na área judiciária de 2º grau.

DFC1º – Despesas com Funções de Confiança na área judiciária do 1º grau: As despesas relacionadas no glossário da variável DFC, relativas aos servidores lotados na área judiciária de 1º grau.

DFCAdm – Despesas com Funções de Confiança na área administrativa: As despesas relacionadas no glossário da variável DFC, relativas aos servidores lotados na área administrativa do tribunal e de suas respectivas unidades vinculadas.



Recursos Financeiros

Outras despesas



Recursos Financeiros – Outras despesas

OUTRAS DESPESAS	2015
ODC – Outras Despesas Correntes	R\$ 8.859.731,92
Dk – Despesa de Capital	R\$ 5.350.181,28
DPCO – Despesas com Projetos de Construção e Obras	R\$ 4.575.132,53
DInf1 – Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação	R\$ 83.123,20
DInf2 – Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação	R\$ 3.905.697,60
DPlei – Despesas com Pleitos Eleitorais	R\$ 0,00
DPIExt – Despesas com Pessoal que ingressou extraordinariamente por cessão ou requisição	R\$ 0,00
DHEs – Despesas Extraordinárias com Servidores para a Realização de Pleitos Eleitorais	R\$ 0,00
DHEt – Despesas Extraordinárias com Terceirizados para a Realização de Pleitos Eleitorais	R\$ 0,00



Descrição

ODC – Outras Despesas Correntes: Despesas liquidadas no ano-base com diárias para colaboradores eventuais, aluguel de imóveis, serviços de água e esgoto, serviços de energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de comunicação, serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados, serviços de publicidade, aquisição de material de expediente e bibliográfico, aquisição de combustíveis e lubrificantes, aquisição de material de processamento de dados e de software, aquisição de gêneros alimentícios, aquisição de material de consumo, serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais e demais despesas de custeio; excluídas as despesas que compõem o indicador DRH – Despesas com Recursos Humanos.

Dk – Despesa de Capital: Despesas liquidadas no ano-base com construção e reforma de imóveis, aquisição de veículos, equipamentos e programas de informática e demais bens permanentes, aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e outras inversões financeiras.

DPCO – Despesas com Projetos de Construção e Obras: Despesas liquidadas no ano-base com projetos de construção e de obras destinados aos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e de suas respectivas unidades vinculadas.

DInf1 – Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação: Despesas liquidadas no ano-base com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de tecnologia da informação e comunicação.

DInf2 – Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação: Despesas liquidadas no ano-base com serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, comunicação de dados e material de processamento de dados.

DPlei – Despesas com Pleitos Eleitorais: Despesas liquidadas no ano-base com a realização de pleitos eleitorais.

DPIExt – Despesas com Pessoal que ingressou extraordinariamente por cessão ou requisição: Despesas liquidadas no ano-base com pessoal que ingressou extraordinariamente por cessão ou requisição, tendo em vista exclusivamente a realização do pleito eleitoral.

DHEs – Despesas Extraordinárias com Servidores para a Realização de Pleitos Eleitorais: Despesas liquidadas no ano-base, liquidadas com horas-extras de servidores efetivos (TPEfet), comissionados sem vínculo efetivo (TPSV) e que ingressaram por cessão ou requisição (TPI), decorrentes da realização de pleitos eleitorais. Excluem-se as despesas já computadas na variável DPIExt – Despesas com Pessoal que ingressou extraordinariamente por cessão ou requisição.

DHEt – Despesas Extraordinárias com Terceirizados para a Realização de Pleitos Eleitorais: Despesas liquidadas no ano-base com horas-extras de terceirizados decorrentes da realização de pleitos eleitorais.



Recursos Financeiros

Orcamento



Recursos Financeiros – Orçamento

ORÇAMENTO	2015
Descrição	
ODP – Orçamento para Despesas de Pessoal e Encargos	R\$ 105.166.897,00
OK – Orçamento para Despesas de Capital	R\$ 5.351.069,00
OOC – Orçamento para Outras Despesas Correntes	R\$ 29.134.151,89

ODP – Orçamento para Despesas de Pessoal e Encargos: Dotações orçamentárias do ano base, do Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas, classificadas no grupo de natureza de despesa (GND) 1. Excluem-se os valores que ao final do ano-base encontravam-se contingenciados.

OK – Orçamento para Despesas de Capital: Dotações orçamentárias do ano base, do Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas, classificadas nos grupos de natureza de despesa (GND) 4 e 5. Excluem-se os valores que ao final do ano-base encontravam-se contingenciados.

OOC – Orçamento para Outras Despesas Correntes: Dotações orçamentárias do ano base, do Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas, classificadas no grupo de natureza de despesa (GND) 3. Excluem-se os valores que ao final do ano-base encontravam-se contingenciados.



Recursos Humanos



Recursos Humanos - Magistrados

MAGISTRADOS	2015
Mag2º – Número de Cargos de Magistrado no 2º Grau	7
Mag1º – Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	98
MagIn – Magistrados Inativos e Instituidores de Pensão	0
MagSJ2º – Número de Magistrados sem jurisdição no 2º grau	2
Descrição	

Mag2º – Número de Cargos de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado Titulares no 2º Grau, no final do período-base, inclusive os presidentes, os vice-presidentes, os corregedores e os cargos provisoriamente vagos que estão ocupados por substitutos. Só devem ser contabilizados os Magistrados com jurisdição.

Mag1º – Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número cargos de Magistrado no 1º grau, no final do período-base.

MagIn – Magistrados Inativos e Instituidores de Pensão: Número de Magistrados inativos e instituidores de pensão no final do ano-base.

MagSJ2º – Número de Magistrados sem jurisdição no 2º grau: Número de Magistrado lotados no 2º Grau, sem jurisdição (ex.: convocados e juízes auxiliares) no final do período-base.



SERVIDORES	2015
TCEfet - total de cargos do quadro efetivo existentes	411
Pessoal do quadro efetivo	395
TPEfet2º - Total de pessoal do quadro efetivo na área judiciária do 2º Grau	64
TPEfet1º - Total de pessoal do quadro efetivo na área judiciária de 1º grau	126
TPEfetAdm - Total de pessoal do quadro efetivo na área administrativa	205
Pessoal que ingressou por cessão ou requisição	76
TPI2º - Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição na área judiciária de 2º grau	4
TPI1º - Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição na área judiciária de 1º Grau	66
TPIAdm - Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição na área administrativa	6
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo	0
TPSV2º - Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo na área judiciária do 2º Grau	0
TPSV1º - Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo na área judiciária do 1º Grau	0
TPSVAdm - Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo na área administrativa	0
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo	7537
TAS2º - Tempo de afastamento de servidor da área judiciária de 2º grau	881
TAS1º - Tempo de afastamento de servidor da área judiciária de 1º grau	3660
TASAdm - Tempo de afastamento de servidor da área administrativa	2996
Força de trabalho auxiliar	227
TFAuxE - Total da força de trabalho auxiliar - Estagiários	53
TFAuxT - Total da força de trabalho auxiliar - terceirizados	174
Outros	
TPS - total de pessoal que saiu por cessão ou requisição	3
TPIExt - Total de pessoal que ingressou extraordinariamente por cessão ou requisição para realização de pleitos eleitorais	0
ServIn - Total de servidores inativos ou instituidores de pensão	75
TPEsc - Total de pessoal das escolas judiciais e de magistratura	17 3
TPTIC - total de pessoal da área de tecnologia da informação	38



Recursos Humanos – Cargos em comissão

CARGOS EM COMISSÃO	2015
CC2º - Cargos em Comissão existentes na área judiciária do 2º Grau	12
CC1º - Cargos em comissão existentes na área judiciária do 1º Grau	0
CCAdm - Cargos em comissão existentes na área administrativa	18

Descrição

CC2º – Cargos em Comissão Existentes na Área Judiciária do 2º Grau: Número total de cargos em comissão existentes e alocados para servidores da área judiciária de 2º grau no final do ano-base, providos ou não.

CC1º – Cargos em Comissão Existentes na Área Judiciária do 1º Grau: Número total de cargos em comissão existentes e alocados para servidores da área judiciária do 1º grau no final do ano-base, providos ou não.

CCAdm – Cargos em Comissão Existentes na Área Administrativa: Número total de cargos em comissão existentes e alocados para servidores da área administrativa no final do ano-base, providos ou não.



Recursos Humanos – Funções de confiança

FUNÇÕES DE CONFIANÇA	2015
Descrição	
FC2º - Funções de confiança existentes na área judiciária do 2º Grau	42
FC1º - Funções de confiança existentes na área judiciária de 1º grau	196
FCAdm - Funções de confiança existentes na área administrativa	103
FC2º – Funções de Confiança Existentes na Área Judiciária do 2º grau: Número total de funções de confiança existentes e alocadas para servidores da área judiciária de 2º grau no final do ano-base, providas ou não.	
FC1º – Funções de Confiança Existentes na Área Judiciária do 1º Grau: Número total de funções de confiança existentes e alocadas para servidores da área judiciária do 1º grau no final do ano-base, providas ou não.	
FCAdm – Funções de Confiança Existentes na Área Administrativa: Número total de funções de confiança existentes e alocadas para servidores da área administrativa no final do ano-base, providas ou não.	



Recursos Físicos



Recursos Físicos – Área e Eleitores

ÁREA	2015
m ² Total – Área total em metros quadrados	46.062
m ² Util – Área útil em metros quadrados	25.721
ArqDisp – Espaço disponibilizado para arquivo, em metros lineares	6.155
ArqNTUtil – Espaço, não terceirizado, utilizado com arquivo em metros lineares	2.364
ArqTUtil – Espaço terceirizado utilizado com arquivo em metros lineares	0
MCDispUrna – Espaço Disponibilizado para Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos, no Tribunal	5.820
MCUtilUrna – Espaço Utilizado com Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos, no Tribunal	2.364
ELEITORES	2015
EL – Número de Eleitores	2.353.132



Descrição

m²Total – Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios (próprios ou não) dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

m²Util – Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

ArqDisp – Espaço disponibilizado para arquivo, em metros lineares: espaço, em metros lineares, disponibilizado para arquivo de processos judiciais e não-judiciais, inclusive aqueles em arquivo provisório, em cada Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base. Excluem-se os arquivos com guarda terceirizada.

ArqNTUtil – Espaço, não terceirizado, utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado, em metros lineares, para arquivo de processos judiciais e não-judiciais, inclusive aqueles em arquivo provisório, em cada Tribunal e suas unidades vinculadas no ano-base. Excluem-se os arquivos com guarda terceirizada. O espaço utilizado poderá superar o espaço disponibilizado (ArqDisp), com o intuito de indicar a existência de déficit de espaço, quando o arquivamento de processos ocorrer em locais inapropriados.

ArqTUtil – Espaço terceirizado utilizado com arquivo em metros lineares: espaço, em metros lineares, utilizado para arquivo com guarda terceirizada de processos judiciais e não-judiciais, inclusive aqueles em arquivo provisório, em cada Tribunal e suas unidades vinculadas no ano-base.

MCDispUrna – Espaço Disponibilizado para Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos, no Tribunal: Espaço, em metros cúbicos, disponibilizado para armazenamento de urnas eletrônicas no Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas, no ano-base.

MCUtilUrna – Espaço Utilizado com Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos, no Tribunal: Espaço utilizado para armazenamento de urnas no Tribunal e suas respectivas unidades vinculadas, no ano-base. Considerando-se as medidas da caixa da urna modelo 2009: 23 (altura) x 42,5 (largura) x 52,5 (comprimento) = 51,32 cm³ é prudente reservar um espaço com 55cm³ para cada urna eletrônica.



Litigiosidade

1º Grau



Litigiosidade – 1º Grau – Casos novos

CASOS NOVOS	1S 2015	2S 2015
CnCCrim 1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	23	10
CnCNCrim 1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	1080	804
CnExtFisc 1º – Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	4	8
CnElet 1º – Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	0	0
Descrição		

CnCCrim 1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais: Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

CnCNCrim 1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

CnExtFisc 1º – Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas no 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)

CnElet 1º – Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram no 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnCNCrim 1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau não-criminais; b) CnCCrim 1º – Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau criminais e c) CnExtFisc 1º – Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau.



Litigiosidade – 1º Grau – Casos pendentes

PENDENTES	2015
CpCCrim 1º – Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	124
CpCNCrim 1º – Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	1855
CpExtFisc 1º – Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	28
Descrição	

CpCCrim 1º – Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais: Saldo residual de processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que não foram baixados no 1º grau até o final do período-base (semestre), incluídos os processos em arquivo provisório, suspensos ou sobrestados. Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas na variável CnCCrim 1º – Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais.

CpCNCrim 1º – Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais: Saldo residual de processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que não foram baixados no 1º grau até o final do período-base (semestre), incluídos os processos em arquivo provisório, suspensos ou sobrestados. Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim 1º – Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais.

CpExtFisc 1º – Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal que não foram baixados no 1º grau até o final do período-base (semestre), incluídos os processos em arquivo provisório, suspensos ou sobrestados. Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas na variável CnExtFisc 1º – Casos novos de execução fiscal no 1º grau.



Litigiosidade – 1º Grau – Casos baixados

BAIXADOS	1S 2015	2S 2015
TBaixCCrim 1º – Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	63	36
TBaixCNCrim 1º – Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	847	935
TBaixExtFisc 1º – Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	4	4
Descrição		

TBaix1º – Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que foram baixados pelo 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores e c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências, as entregas para carga/vista, os sobrerestamentos, as suspensões e os arquivamentos provisórios. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim 1º – Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais.



Litigiosidade – 1º Grau – Sentenças

SENTENÇAS	1S 2015	2S 2015
Descrição		
SentCCrim 1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	27	19
SentCNCrim 1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	526	933
SentExtFisc 1º – Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	0	1
SentH1º – Sentenças Homologatórias de Acordos no 1º Grau	0	0

SentCCrim 1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais: Todas as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento de 1º Grau no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim 1º – Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais.

SentCNCrim 1º – Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais: Todas as sentenças não-criminais proferidas na fase de conhecimento de 1º Grau no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim 1º – Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais.

SentExtFisc 1º – Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

SentH1º – Sentenças Homologatórias de Acordos no 1º Grau: Total de sentenças homologatórias de acordos, referentes a conflitos que já são objeto de processo em curso 1º grau da Justiça, no período-base (semestre). Incluem-se as mesmas classes processuais compreendidas na variável Cn 1º – Casos novos de 1º Grau.



Litigiosidade – 1º Grau – Suspensos

SUSPENSOS	2015
SuS1º – Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	152
SuSRG1º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 1º grau por Repercussão Geral	Indisponível
Descrição	

SuS1º – Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º Grau: Total de processos suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório no 1º grau, no final do período-base (semestre). Computam-se, além dos casos de suspensão ou sobrestamento da execução, os processos com precatório expedido e pendente de pagamento, as execuções em que houve parcelamento da dívida, os processos aguardando cumprimento de acordo e os processos aguardando decisão em repercussão geral (SusRG1º). Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn1º – Casos Novos de 1º Grau.

SuSRG1º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 1º grau por Repercussão Geral: Total de processos que, no final do período-base (semestre), estavam suspensos ou sobrestados no 1º grau aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em razão de Repercussão Geral Reconhecida e não julgada. Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn1º – Casos Novos de 1º grau. Dispositivo legal: CPC 543 – B, §1º e §3º.



Litigiosidade – 1º Grau – Recursos internos

RECURSOS INTERNOS	1S 2015	2S 2015
RIntC1º – Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	0	0
RIntCP1º – Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	0	0
RIntCJ1º – Recursos Internos Julgados no 1º Grau na Fase de Conhecimento	0	0
Descrição		

RIntC1º – Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).

RIntCP1º – Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Saldo residual de embargos de declaração contra decisão de 1º Grau, que não foram decididos até o final do período-base (semestre).

RIntCJ1º – Recursos Internos Julgados no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração julgados contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).



Litigiosidade – 1º Grau – Recorribilidade

RECORRIBILIDADE	1S 2015	2S 2015
RSup1º – Recursos à Instância Superior no 1º Grau	27	13
DeRExt1º – Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	565	977
Descrição		
RSup1º – Recursos à Instância Superior no 1º Grau: Todos os recursos interpostos de decisões judiciais do 1º Grau, endereçadas ao 2º Grau no período-base (semestre).		
DeRExt1º – Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: Todas as sentenças e as decisões proferidas no período-base (semestre), passíveis de recurso para o 2º Grau.		



Litigiosidade

2º Grau

Litigiosidade – 2º Grau – Casos novos

CASOS NOVOS	1S 2015	2S 2015
CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais	3	4
CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais	114	53
CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais	3	1
CnRNCRim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais	24	12
CnElet2º – Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	0	0
Descrição		

CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais: Os processos criminais originários, que foram protocolizados e interpostos para julgamento no 2º Grau, no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e correições parciais), os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravos de instrumento), os processos em grau de recurso oriundos de instância inferior e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais originários, que foram protocolizados e interpostos para julgamento no 2º Grau, no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e correições parciais), os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravos de instrumento), os processos em grau de recurso oriundos de instância inferior e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais: Os processos criminais em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento no 2º Grau, no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e correições parciais), os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravos de instrumento), os processos originários e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

CnRNCRim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento no 2º Grau, no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e correições parciais), os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravos de instrumento), os processos em grau de recurso oriundos de instância inferior, os processos originários e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.



Litigiosidade – 2º Grau – Casos pendentes

CASOS PENDENTES	2015	2S 2015
CpCrim2º – Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	19	2
CpNCrim2º – Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	358	117
Descrição		

CpCrim2º – Casos Pendentes no 2º Grau Criminais: Saldo residual de processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que não foram baixados no 2º Grau até o final do período-base (semestre), incluídos os processos em arquivo provisório, suspensos ou sobreestados. Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais e b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

CpNCrim2º – Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais: Saldo residual de processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que não foram baixados no 2º grau até o final do período-base (semestre), incluídos os processos em arquivo provisório, suspensos ou sobreestados. Consideram-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais.



Litigiosidade – 2º Grau – Casos baixados

BAIXADOS	1S 2015	2S 2015
TBaixCrim2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	8	6
TBaixNCrim2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	439	146
Descrição		

TBaixCrim2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais: Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pelo 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências, as entregas para carga/vista, os sobretestamentos, as suspensões e os arquivamentos provisórios. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Consideram-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais e b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

TBaixNCrim2º – Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pelo 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências, as entregas para carga/vista, os sobretestamentos, as suspensões e os arquivamentos provisórios. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Consideram-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais.



Litigiosidade – 2º Grau – Decisões

DECISÕES	1S 2015	2S 2015
DecCrim2º – Decisões terminativas de processo no processo criminal no 2º Grau	10	6
DecNCrim2º – Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau	388	130
Descrição		

DecCrim2º – Decisões terminativas de processo criminal no 2º Grau. Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente e as decisões interlocutórias no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Consideram-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnOCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau criminais e b) CnRCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau criminais.

DecNCrim2º – Decisões terminativas de processo não-criminal no 2º Grau. Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente e as decisões interlocutórias no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Consideram-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnONCrim2º – Casos Novos Originários no 2º Grau não-criminais e b) CnRNCrim2º – Casos Novos Recursais no 2º Grau não-criminais.

DecH2º – Decisões Homologatórias de Acordos no 2º Grau. Total de decisões homologatórias de acordos, referentes a conflitos que já são objeto de processo em curso no 2º grau da Justiça, no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável: Cn2º – Casos Novos de 2º Grau.



Litigiosidade – 2º Grau – Sobrestados

SUSPENSOS OU SOBRESTADOS	2015	2S 2015
SuS2º – Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 2º Grau	13	19
SuSRG2º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 2º grau por Repercussão Geral	0	0
Descrição		

SuS2º – Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 2º Grau: Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que estão suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório no 2º grau, no final do período-base (semestre). Computam-se os processos aguardando cumprimento de acordo e os processos aguardando decisão em repercussão geral (SuSRG2º). Consideram-se apenas as classes processuais da variável Cn2º – Casos Novos no 2º grau.

SuSRG2º – Processos Suspensos ou Sobrestados no 2º grau por Repercussão Geral: Total de processos que, no final do período-base (semestre), estavam suspensos ou sobrestados no 2º grau aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em razão de Repercussão Geral reconhecida e não julgada. Incluem-se as mesmas classes processuais da variável Cn2º – Casos Novos no 2º grau. Dispositivo legal: CPC 543 – B, §1º e §3º.



Litigiosidade – 2º Grau – Recursos internos

RECURSOS INTERNOS	2015	2S 2015
Rint2º – Recursos Internos no 2º Grau	62	52
RintP2º – Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	18	10
RintJ2º – Recursos Internos Julgados no 2º Grau	71	59
Descrição		

Rint2º – Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os pedidos de reconsideração. Excluem-se os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravos de instrumento).

RintP2º – Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, para julgamento no mesmo grau de jurisdição, e que não foram decididos até o final do período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os pedidos de reconsideração. Excluem-se os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravos de instrumento).

RintJ2º – Recursos Internos Julgados no 2º Grau: Os recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, julgados no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os pedidos de reconsideração. Excluem-se os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravos de instrumento).



Litigiosidade – 2º Grau – Recorribilidade

RECORRIBILIDADE	2015	2S 2015
Rsup2º – Recursos à Instância Superior no 2º Grau	90	66
Apublic2º – Acórdãos Publicados no 2º Grau	259	103
Descrição		

Rsup2º – Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos em decisões do 2º grau, endereçados ao Tribunal Superior, no período-base (semestre).

Apublic2º – Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo 2º grau passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.



Tempo de processo

1º Grau



Tempo de processo – 1º Grau

Variáveis (em R\$)	2015 (Dias)
TpTot - Tempo Total de Tramitação dos Processos Arquivados Definitivamente	
Média	727
Mediana	807
Desvio-padrão	516
Número de processos	1847
TpCp1 - Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes de 1º Grau	
Média	588
Mediana	292
Desvio-padrão	477
Número de processos	1977
TpDec1º - Tempo da Decisão Terminativa de Processo de 1º Grau	
Média	564
Mediana	410
Desvio-padrão	456
Número de processos	1459
TpRG1º - Tempo de Suspensão ou Sobrestamento dos Processos no 1º Grau em razão de Repercussão Geral	
Média	INDISPONÍVEL
Mediana	INDISPONÍVEL
Desvio-padrão	INDISPONÍVEL
Número de processos	INDISPONÍVEL
TpBaixCrim1º - Tempo de Tramitação dos Processos Baixados de 1º Grau Criminais	
Média	728
Mediana	801
Desvio-padrão	525
Número de processos	1880



Tempo de processo

2º Grau



Tempo de processo – 2º Grau

Variáveis (em R\$)	2015 (Dias)
TpTot - Tempo Total de Tramitação dos Processos Arquivados Definitivamente	
Média	389
Mediana	313
Desvio-padrão	312
Número de processos	689
TpCp1 - Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes de 2º Grau	
Média	440
Mediana	247
Desvio-padrão	452
Número de processos	119
TpDec1º - Tempo da Decisão Terminativa de Processo de 2º Grau	
Média	228
Mediana	221
Desvio-padrão	175
Número de processos	527
TpRG1º - Tempo de Suspensão ou Sobrestamento dos Processos no 2º Grau em razão de Repercussão Geral	
Média	INDISPONÍVEL
Mediana	INDISPONÍVEL
Desvio-padrão	INDISPONÍVEL
Número de processos	INDISPONÍVEL
TpBaixCrim1º - Tempo de Tramitação dos Processos Baixados de 2º Grau criminais	
Média	419
Mediana	230
Desvio-padrão	562
Número de processos	14
TpBaixCrim1º - Tempo de Tramitação dos Processos Baixados de 2º Grau não criminais	
Média	260
Mediana	229
Desvio-padrão	209
Número de processos	584